



A INCLUSÃO DOS SURDOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA “X” NO MERCADO DE TRABALHO SÃO-JOANENSE

Autores: Guilherme Augusto Machado

Pedro Henrique Oliveira Carazza

Coautor: Monique Terra e Silva

RESUMO

A dificuldade na comunicação gerou barreiras no processo de inclusão dos surdos, que podem ser observadas até os dias atuais. Tais barreiras impactam negativamente em diversos aspectos da vida dessas pessoas e, levando em consideração essas dificuldades, o presente artigo apresentará os desafios enfrentados pelos surdos frente ao mercado de trabalho da cidade de São João del-Rei. Utilizando-se de uma metodologia de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso com entrevista semiestruturada com os estudantes surdos da Instituição de Ensino Superior Privada X. A análise sobre suas percepções da inclusão dos surdos no mercado de trabalho será pela técnica de análise de conteúdo. Além disso, serão pesquisadas as políticas públicas de inclusão e compreender da perspectiva dos mesmos com relação ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Surdos. Inclusão.

1.INTRODUÇÃO

As dificuldades na inserção dos surdos no mercado de trabalho se iniciam a partir da marginalização do indivíduo, por meio do preconceito em torno da surdez. Como conseguinte, tem-se a carência de intérpretes, que prejudicam as entrevistas desses indivíduos em determinadas organizações. Ressalta-se, ainda, os obstáculos sofridos na educação como uma das principais causas que dificultam a inclusão dos surdos no mercado de trabalho brasileiro. Levando em conta este contexto, faz-se necessária uma análise da perspectiva de mercado.

Toda essa situação impacta negativamente o processo de inclusão dos surdos no mercado de trabalho. Mesmo que a sociedade já tenha passado por processos evolutivos,

ainda há um nível relativamente alto de pessoas que enxergam a surdez como algo que impede o ser humano de realizar tarefas.

Em São João del-Rei, no estado de Minas Gerais, há uma pequena participação de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho. E, na maioria dos casos, só estão inseridas devido às obrigatoriedades das leis. Com a expansão do mercado diretamente ligada ao número de universitários que migram para o município a cada início de período letivo, bem como às atividades de turismo – por se tratar de uma cidade histórica – observa-se uma potencialidade gradativa de alavancagem no índice de inclusão dos surdos no mercado de trabalho da região.

Partindo do que é observado nos artigos de Lacerda, Silva, Costa, Leal e Carvalho em 2014 e o de Dias também em 2014, que tratam sobre uma reflexão do processo de inclusão e as barreiras no processo de socialização organizacional, e considerando a baixa participação da população surda no mercado de trabalho, o presente artigo reúne diversos dados coletados com o intuito de responder a seguinte questão: Qual a perspectiva dos surdos da Instituição de Ensino Superior Privada “X” em relação ao mercado de trabalho São-Joanense?

Após a Lei nº 8.213/91, de 24 de Julho de 1991 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências ser instituída, as empresas passaram a contratar pessoas com deficiência para se tornarem parte do quadro de funcionários. No entanto, o surdo ainda é um excluído desse processo. Em vista destes fatos, este estudo tem como objetivo geral analisar a inserção dos surdos no mercado de trabalho, bem como sua real participação dentro das empresas.

Em um país onde a surdez ainda é um grande desafio, analisar as dificuldades enfrentadas pelos surdos para ingressarem em um emprego, bem como os obstáculos presentes no ambiente organizacional, possibilitará um melhor entendimento acerca do processo de inclusão dessas pessoas. A pesquisa foi de suma importância para compreendermos quais as reais necessidades que precisam ser supridas, a fim de que o indivíduo surdo possa ser, de fato, incluso no mercado de trabalho.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica no intuito de estabelecer um conhecimento prévio em relação ao tema abordado. Posteriormente, um roteiro de entrevista semiestruturado foi adotado para que fosse possível coletar informações que auxiliassem no alcance dos objetivos através da análise de conteúdo.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1Inclusão Social

Trata-se por inclusão o ato de adicionar ou acrescentar, coisas ou pessoas, em um grupo ou contexto de que não faziam parte anteriormente. Sua nomenclatura vem do latim *includere*, que significa fechar em, inserir, rodear. Mas a expressão inclusão não pode ser entendida com o simples significado de incluir ou colocar algo, visto que ela é um processo em um nível de percepção mais elevado, no qual aceitamos as diferenças individuais e valorizamos a convivência por meio da diversidade humana (LACERDA et al., 2014). A discussão do tema inclusão é necessária para compreender a evolução do processo de inclusão social ao longo dos anos. Essa temática tem influência na proteção dos direitos dos cidadãos e consequente preservação da democracia, uma vez que se comporta como instrumento de participação e controle social.

Temos, em outra abordagem, a seguinte concepção a respeito da inclusão:

Em termos filosóficos, os ideais de inclusão social se afastam das concepções reducionistas de homem e de aprendizagem balizadas por fatores que prescrevem a hereditariedade e ambiente, imprescindíveis ao desenvolvimento humano, mas se aproximam do materialismo dialético, que considera o psiquismo do homem fruto das relações do indivíduo com a sociedade. Esta concepção considera as estruturas da consciência e do comportamento humano decorrente do processo de apropriação pelo homem da experiência histórica e cultural (Leonitev, 1978; Vygotsky, 1993 apud MARTINS, NAPOLITANO, 2017, p.110).

Dias (2014) afirma que para que não haja barreiras na participação social, a sociedade precisa ser responsável por promover uma equiparação das oportunidades e realizar mudanças que garantam a acessibilidade de todos os indivíduos. Sendo assim, cada cidadão precisa estar ciente de suas responsabilidades frente à inclusão social e não enxergá-la como dever somente dos órgãos públicos e governamentais.

Visto que a comunicação tem papel fundamental no processo de inclusão, os desafios encontrados pelos surdos para que se sintam parte da sociedade aumentam. A linguagem é adquirida pelo ser humano durante seu processo de construção social, sendo que a partir dela distinguem-se os homens dos outros animais. O alcance dessa ferramenta de interlocução se dá através da interação com demais indivíduos que dela fazem uso. As pessoas surdas, no entanto, encontram-se prejudicadas nesse processo, uma vez que a alteração no canal auditivo desses sujeitos faz com que a linguagem oral não seja compreendida (LACERDA, 2006). É a partir da linguagem que as pessoas se comunicam, sendo a comunicação um processo de “interação cultural” (GOMES, 2007).

Considera-se anormal qualquer tipo de comunicação que não se enquadre nos padrões habituais, sendo esta uma realidade cruel com as diversas outras formas de interlocução (CARVALHO, 2012). Deste modo, pode-se imaginar o quanto deve ser desafiador para o

indivíduo surdo, já que desde a infância enfrenta dificuldades para compreender e ser compreendido e tem sua diferença assimilada a incapacidade.

Os desafios se iniciam, para os surdos, em âmbito familiar. No geral, a família exerce grande influência na formação de um indivíduo, sendo onde ele experimenta seus primeiros relacionamentos interpessoais. Neste momento se inicia, então, o desenvolvimento social do ser humano. As interações entre familiares culminam em normas, crenças e valores, que serão aplicados em outras esferas da vida. Nesse contexto, a comunicação apropriada entre membros de uma família é de suma importância no processo supracitado (NEGRELLI, 2006).

Sabe-se do embate que ocorre quando se descobre a surdez em determinada criança. Uma pesquisa realizada por Schemberg et al. (2012) com pais e professores mostrou o despreparo existente por parte destes em lidar com seus filhos ou alunos surdos. Isto acontece pelo fato de não haver uma linguagem em comum entre eles, momento em que tanto a família quanto a escola utiliza quase que exclusivamente a linguagem oral para se comunicar com um indivíduo que se estabeleceu através da língua viso-espacial. Tal inaptidão, por parte de pessoas que exercem tamanha influência sobre a constituição de um sujeito, culmina em uma exclusão constante das crianças surdas das interações familiares e escolares.

Dessa maneira, para que o processo de inclusão ocorra da maneira desejada, é necessário que o choque da descoberta não perdure por muito tempo e que a família busque adquirir conhecimento acerca da surdez e de formas adequadas de se comunicar com esses indivíduos. O apoio, a aceitação e a compreensão dos pais, juntamente com o trabalho coletivo, são de suma importância para que a criança conquiste seu espaço, certa de suas capacidades e dos desafios que enfrentará (CARVALHO, 2012). Segundo Kojima e Segala (2008 apud CARVALHO, 2012), o surdo não tem distúrbio intelectual e sim, atraso no desenvolvimento cognitivo, devido à grande barreira da comunicação. Sendo assim, tratar a surdez como uma diferença que requer cuidados específicos, mas não como uma deficiência, é essencial para o desenvolvimento dessa criança em todos os aspectos.

Nesse sentido, pensar a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva requer transformações que vão além da superação do preconceito e da discriminação, incluindo a necessidade de oportunizar intérpretes que viabilizem a comunicação entre os ouvintes e as pessoas surdas, criando uma condição mínima para que a distância entre as pessoas surdas e os ouvintes seja diminuída (SANTO, VIEIRA, FARIA, 2013).

Existem muitas iniciativas públicas que visam inserir todos os alunos em escolas, o que é certo para que haja expansão do acesso à educação. No entanto, deve-se estar atento para que esse aumento não seja apenas quantitativo, ou seja, medido pura e exclusivamente

pelo número de alunos ingressantes. Aliado a esse fator deve estar a adequação do currículo para que ele atenda às necessidades de todos (DORZIAT, 2007). No caso do indivíduo surdo, a educação é fator preponderante para a inclusão. No entanto, as escolas raramente estão preparadas para atendê-los. Buscam inseri-los em classes regulares, a fim de oferecer educação e oportunidades iguais às dos ouvintes, mas não levam em conta as necessidades especiais que possuem. Com relação a isso, Lacerda (2006) aponta que o indivíduo surdo quando submetido a esse tipo de classe está em desigualdade linguística em relação aos colegas e professores e sem garantia de acesso ao conteúdo, aspectos que não são observados e problematizados pelas práticas inclusivas.

No intuito de compreender melhor a evolução do indivíduo surdo e seu papel em relação à sociedade, é interessante fazermos uma rápida retrospectiva a respeito da maneira como eram vistos os surdos ao longo do tempo. Nos primórdios da humanidade, a força era tida como a base da sobrevivência. Nessa época, os seres humanos lutavam entre si e venciam o mais forte, por isso a deficiência era tratada como algo que impossibilitava o indivíduo de realizar tarefas. Os primeiros povos categorizavam os portadores de deficiência como insuficientes e incapazes de sobreviver, dessa forma a inclusão não existia para este grupo.

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente eles eram considerados inválidos, sem utilidade à sociedade (SASSAKI, 1997, p.30 apud LACERDA, SILVA, COSTA, LEAL e CARVALHO).

Ao longo do tempo, as pessoas com deficiência vêm enfrentando barreiras para serem respeitadas em diversos ambientes. Nota-se que a evolução do processo de inclusão caminha a passos curtos, sendo assim faz-se necessária alguma medida que implique na aceleração deste processo. Para que as pessoas portadoras de deficiências fossem “aceitas” na sociedade brasileira foi necessária a criação de leis, como a “Lei de Inclusão” que tem por finalidade colocá-las em igual nível social, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015.

(...) art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania ... (Brasil, 2015).

A lei da inclusão foi um marco importante para as pessoas portadoras de deficiência, inclusive para os surdos, mas a real inclusão ainda está longe dos níveis desejados. Mesmo em uma sociedade avançada, que agora possui leis para resguardar pessoas com deficiência,

elas ainda encontram barreiras e discriminação para uma efetiva inserção. Neves-Silva et al. (2015) abordam que o preconceito e a discriminação representam um grande entrave à inclusão, uma vez que promovem estigmas e criam estereótipos, dificultando a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas privadas.

No entanto, para que essa ideia se fortaleça e se consolide, torna-se necessária maior fiscalização, sobretudo dos órgãos governamentais, de maneira a cobrar as empresas quanto ao cumprimento da Lei de Cotas não apenas no aspecto da contratação, mas também no investimento em recursos na formação de PcDs e em sua carreira, e na modernização da estrutura física dos espaços, tornando-os mais acessíveis, tal como investigado e sugerido por autores da literatura nacional (SIMONELLI & CAMAROTTO, 2011; ARAÚJO & SCHMIDT, 2006; QUINTÃO, 2005; RIBEIRO & CARNEIRO 2009; TANAKA & MANZINI, 2005 apud SIMAS, SOUTO, CARVALHO-FREITAS 2014).

Mediante a este contexto, em que se sabe que a inclusão social é um conjunto de meios e ações que promovem benefícios e oferecem oportunidades de bens e serviços iguais na sociedade, falaremos a seguir sobre a inclusão do surdo no mercado de trabalho.

2.2 Inclusão do surdo no mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas

Durante toda a história, o papel do trabalho na formação de identidade de um indivíduo vem sendo traçado e modificado. A humanidade se estrutura, então, em torno desse conceito. O ser humano tem o trabalho, independente de sua natureza, como parte essencial da sua existência. Dessa maneira, pode-se dizer que há uma ligação intrínseca entre a realização humana e o trabalho, pois “o trabalho, enquanto ação transformadora do homem sobre a natureza, está presente desde as sociedades primitivas até as sociedades industrializadas e informatizadas de hoje” (DE ARAÚJO e SACHUK, 2006). A filósofa alemã Hannah Arendt (2016) crítica, na obra “A condição humana” a importância exagerada que é dada ao trabalho na era moderna, colocando-o acima das demais atividades. Mas, mesmo assim, descreve a atividade laboral como uma das três atividades humanas fundamentais, junto com a ação e a obra. Ou seja, é inegável que a atividade laboral é uma área importante na vida do ser humano, e a forma como ele ocorre, ou sequer ocorre, pode trazer felicidade e realização ou sofrimento mental.

Dessa forma, os surdos possuem a necessidade de trabalhar, assim como os demais indivíduos. Porém, quando conseguem um emprego, esses indivíduos são, em sua maioria, destinados a funções ligadas ao trabalho braçal, o que reforça a ideia errônea de que eles são menos capazes intelectualmente que os demais.

Contradizendo essa ideia, Carvalho (2012) mostra que as estatísticas são favoráveis quando há maior preocupação por parte das empresas no processo de inclusão e que os

benefícios tendem a serem mútuos devido ao alto empenho dos indivíduos surdos. Sabendo das poucas oportunidades, eles tendem a abraçar com fidelidade os empregos que lhes são

Sendo assim, pode-se afirmar que o ambiente de trabalho é também um meio de estabelecimento das relações sociais, que garante o exercício da cidadania. O ingresso profissional possibilita ao indivíduo surdo um meio de integração na sociedade e uma forma de conquistar sua autonomia.

Como também a inserção do trabalho para uma pessoa surda tem um cunho significativo. O convívio no ambiente de trabalho produz uma elevação da autoestima. Mas é importante lembrar que ainda há muito a ser feito com relação à aceitação de pessoas surdas no ambiente de trabalho, até porque essa aceitação não deve se restringir à aplicação de leis e de projetos de responsabilidade social por parte das empresas (LACERDA, SILVA, COSTA, LEAL, CARVALHO, 2014).

Sabe-se, porém, que o processo de inclusão nas empresas e no mercado de trabalho está longe do desejado. O surdo ainda é marginalizado e excluído de processos decisórios, uma vez que o preconceito ainda implica assustadoramente de forma negativa na inserção desse indivíduo no mercado.

O acesso das pessoas com deficiência auditiva aos segmentos da sociedade e ao mercado trabalho implica a necessidade de considerar que as principais barreiras enfrentadas são, sobretudo, de ordem sonora, em vez de arquitetônicas, e a incompreensão ou negação desse fato vai de encontro à criação de alguns mitos e concepções equivocados sobre a deficiência auditiva em si, bem como sobre o cotidiano profissional de uma pessoa com deficiência auditiva. Esses mitos surgem de ideias preconcebidas trazidas pela cultura, as quais se apresentam carregadas de explicações calcadas no senso comum (SANTOS, VIEIRA, FARIA, 2013).

Partindo dessa realidade, os obstáculos enfrentados pelos surdos no processo de inclusão serão analisados. Neves-Silva et al. (2015) afirmam que as empresas em geral estão despreparadas para lidar com indivíduos portadores de deficiência, bem como de reconhecer suas necessidades e potencialidades. Dessa forma, vê-se que o processo de inclusão é prejudicado pela falta de informação sobre a capacidade de trabalho dessas pessoas.

As dificuldades para inserção se iniciam ainda na infância, visto que muitas famílias se chocam ao se depararem com a necessidade de cuidados mais assertivos com a criança surda e também pelas barreiras na comunicação.

Partindo para análise no mercado de trabalho, as dificuldades já estão presentes desde o primeiro contato, haja visto que as entrevistas de emprego são prejudicadas pela ausência de intérpretes. Por conseguinte, há o fato das empresas não se adequarem corretamente para a inserção dos surdos. Questões como a linguagem prejudicam o processo de inserção devido a falhas na comunicação com os demais funcionários.

As mudanças necessárias para garantir a inclusão das pessoas com deficiência auditiva não são facilmente visíveis como aquelas necessárias para pessoas com outros tipos de deficiência, como a física ou visual. A principal mudança necessária para a inclusão de pessoas com deficiência auditiva está no âmbito da linguagem, seja ela falada, gestual ou escrita. Sendo assim, os processos de comunicação também devem transformar-se de modo a favorecer relações interpessoais mais inclusivas (SANTOS, VIEIRA, FARIA, 2013).

Outro ponto a ser levado em consideração é a inserção dos surdos com a única finalidade de completar o quadro de funcionários, isto é, sem a real intenção de inclusão e com foco apenas nas legislações. Tal aspecto nos faz investigar sobre a inserção dos surdos frente às políticas públicas de inclusão.

2.3A inserção dos surdos frente às políticas públicas de inclusão

Como já abordado anteriormente, a inserção dos surdos na sociedade se dá inicialmente através da educação. Sendo assim, as políticas públicas de inclusão devem estar presentes desde esse primeiro processo. A Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, foi fundamental para a causa. Em seu Art. 8º traz, entre outras regulamentações, o dever do Estado em assegurar ao portador de deficiência o direito à educação.

Porém, as políticas de inclusão não devem somente atender aos níveis introdutórios da educação. O programa INCLUIR é uma iniciativa do Governo Federal que visa promover a inclusão de estudantes com deficiência para além dos níveis básicos de educação, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

Tais iniciativas são de suma importância quando analisamos a evolução do trabalho na visão social. Na antiguidade, o trabalho era escravo e tido como forma de punição, aprisionamento e como um fardo. Em outro momento, já na Idade Média, com o sistema de produção feudal, o trabalho passa a se configurar de forma servil. Na idade Moderna, com o surgimento do capitalismo adjunto do trabalho assalariado, inicia-se uma distinção entre o trabalho qualificado e não qualificado.

Nesse contexto, podemos observar que as políticas de inclusão na educação devem estar alinhadas a conscientização da população, pois segundo Carvalho (2012) os cargos ocupados pelos surdos são sempre ligados à mão de obra operária, reforçando a tese de que eles são intelectualmente menos capazes que os ouvintes. Uma pesquisa qualitativa realizada por Neves et al. (2015) mostrou empregadores que afirmam que “Eles [os surdos] vêm de forma desqualificada, não tem qualificação para atender as necessidades da empresa”. Ou

seja, a educação recebida anteriormente exerce impacto nessa questão, além de ser usada pelas empresas como argumento de não contratação (LOBATO, 2009).

A criação de leis que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho tem auxiliado consideravelmente a população surda no ingresso nas empresas. Leis que legitimam o direito do portador de deficiência ao trabalho, como a Lei nº 8.213/91, de 24 de Julho de 1991, que obriga empresas com 100 ou mais funcionários a reservar de 2% a 5% de suas vagas a portadores de deficiência e a Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990, que assegura aos portadores de deficiência 20% das vagas ofertadas em concursos públicos, são alguns exemplos de políticas públicas de inclusão. Porém, nota-se que há uma divergência entre a ideia inicial e o que vem sendo praticado, uma vez que a preocupação tem sido voltada somente ao cumprimento das obrigações. Um estudo publicado por Lobato (2009) demonstra que embora a Lei de Cotas tenha realmente provocado um aumento na quantidade de cargos oferecidos a indivíduos com deficiência, a procura das empresas é maior por pessoas que tenham deficiências consideradas menores, gerando menos custos e adaptações mais simples no ambiente. Além disso, foi observado que as empresas costumam optar por contratar pessoas portadoras da mesma deficiência, a fim de aproveitarem as adaptações já realizadas. Dessa maneira, indivíduos portadores de deficiência acabam sendo contratados pelas suas limitações e não por suas competências.

Em paralelo, quanto ao mercado de trabalho, é interessante notar que a tentativa de atender às normas legais que legitimam a contratação de pessoas com deficiência leva algumas empresas a buscar a mão de obra de que necessitam antes de realizarem as preparações e modificações essenciais no ambiente de trabalho. Tais ações podem conduzir à simples inserção da pessoa com deficiência, sem que a plena inclusão social nesses espaços seja considerada (SANTOS, VIEIRA, FARIA, 2013).

De certo modo, as empresas podem estar prejudicando ainda mais a inclusão dos surdos quando os submetem a determinados ambientes de trabalho, visto que a busca por espaço na sociedade produtiva vem alinhada ao fortalecimento da autoestima e que uma inclusão mal realizada pode ir à contramão desses objetivos. Referente a isso, temos a seguinte contribuição de Carvalho (2012):

O trabalho é, e assim deve ser visto, uma fonte de satisfação na vida, além de, é claro, uma forma de proporcionar recursos materiais para sobrevivência. Muitas empresas só admitem surdos em seu quadro de funcionários para cumprir a lei (Lei de Cotas para contratação de Deficientes nº 8.213 de 25 de julho de 1991), sem qualquer preparo ou preocupação com a recepção e atendimento a esses trabalhadores.

A busca incessante por aprovação de leis que garantam a contratação e a permanência das PcDs no trabalho são insuficientes. Isso se dá devido ao fato de que a legislação não é capaz de extinguir problemas relacionados a uma sociedade pautada com base na

desigualdade das classes sociais. Para os empregadores, o trabalho de PcDs não é rentável para os interesses do capital, o que faz da ideia de igualdade de oportunidade uma contradição que excede o alcance das leis (Joly & Venturiello, 2012 apud Dias, 2014). Fato é que, apesar da importância e necessidades dessas leis, o cenário caminha a passos lentos para uma sociedade e mercado inclusivos. O preconceito e a desigualdade social continuam sendo os maiores problemas para que possamos alcançar uma sociedade totalmente inclusiva.

3.METODOLOGIA

O presente trabalho de abordagem qualitativa tem como objetivo descrever, por meio de um estudo de caso, a percepção dos surdos da Instituição de Ensino Superior Privada “X” no mercado de trabalho de São João del-Rei. Para captura das informações utilizou-se de um roteiro semi-estruturado de entrevista e para análise dos resultados adotou-se a técnica de análise de conteúdo.

A abordagem qualitativa se justifica pelo fato de que essa parte do “fundamento da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” traz uma interdependência entre sujeito e objeto, o que reforça a indissociação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 2005, p.79). Nessa perspectiva, a escolha da abordagem é corroborada quando se propõe uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais fundamentados no pressuposto da importância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societais. (HAGUETTE, 1992)

Dessa forma, buscar-se-á identificar e analisar as origens do problema em relação à inclusão social. Devido ao preconceito, a inserção dos surdos no mercado de trabalho, assim como suas relações e individualidades vem sendo retardados há muito tempo.

A pesquisa descritiva, pois essa permite ao pesquisador realizar o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Deve-se apenas descobrir com que frequência o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro do sistema. Assim, o objetivo principal é a descrição das características de determinado fenômeno/população/sujeito ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Para a coleta dos dados, buscou-se a acessibilidade dos alunos e foi realizada uma entrevista semi-estruturada. Esta permite a espontaneidade dos entrevistados, o que possibilita maior interação entre os participantes da pesquisa e pesquisadores, já que as perguntas são predeterminadas em um roteiro a fim de se obter dados assertivos, sem desconsiderar os aspectos subjetivos dos sujeitos e fenômenos analisados.

De acordo com Manzini (2012, p.156), a entrevista semi-estruturada é elaborada a partir de um roteiro com perguntas abertas, a fim de se estudar em profundidade um fenômeno ou população específica. No momento do entrevistador apresentar as questões aos participantes da pesquisa, esse método permite que haja flexibilidade ou mesmo alternância da sequência pré-definida. Além disso, o pesquisador pode realizar perguntas complementares para que se torne possível compreender o fenômeno escolhido para estudo.

As entrevistas foram realizadas por meio virtual, visto que, a pesquisa se deu em meio a pandemia da Covid-19 em que se prezou pelo isolamento social, e contou com o auxílio de intérpretes que intermediaram o diálogo. Posteriormente, as conversas foram transcritas, exploradas e verificadas por meio da análise de conteúdo, a fim de se compreender os significados que estão além de uma leitura comum. Conforme Bardin (2011, p. 47) essa técnica de análise de comunicação busca descrever, por procedimentos objetivos e sistemáticos, o conteúdo das palavras. O pesquisador examina, nesse momento, além do significado concreto da mensagem, possíveis características presentes por trás dela.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização do estudo, o público-alvo foi os surdos da Instituição de Ensino Superior Privada “X” que estão inseridos no mercado de trabalho na cidade de São João del Rei. A seleção dos entrevistados levou em consideração a acessibilidade dos alunos, diante do fato de que no momento da realização do estudo se prezava pelo isolamento social devido a pandemia do Covid-19.

Os estudantes participantes da entrevista, possuem experiências de emprego no mercado de trabalho no município de São João del-Rei – MG, a análise dessas experiências laborais possibilitou o conhecimento de dados importantes para discussão neste trabalho.

Sobre o perfil dos entrevistados, sabe-se que possuem idade entre 18 e 25 anos, trabalham na Secretaria do Meio Ambiente da prefeitura da cidade de São João del-Rei e na secretaria acadêmica de uma instituição de ensino superior privada. Cabe ressaltar que se objetivou entrevistar todos os estudantes surdos matriculados na IES privada, no entanto por questões de acessibilidade e um dos alunos não retornou, as entrevistas foram efetivadas somente com dois alunos da instituição.

A forma de contato utilizada para a abordagem dos entrevistados se deu por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, já para a realização da entrevista contou-se com o auxílio de duas intérpretes que fizeram a intermediação e traduziram as mensagens.

Neste contexto, com o intuito de investigar os principais obstáculos na inclusão dos surdos no mercado de trabalho, foram realizados oito questionamentos aos entrevistados. Por meio das indagações, buscou-se uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos surdos no mercado, analisar as políticas públicas de inclusão e a perspectiva dos surdos em relação ao mercado de trabalho.

Para analisar os ingressos no mercado de trabalho, foi dado aos entrevistados um espaço para que pudessem relatar como ocorreu o processo de suas contratações. O Entrevistado A (2020) menciona que sua admissão se deu por meio de uma indicação de um amigo que já trabalhava na área, juntamente ao prefeito da cidade. Já o Entrevistado B (2020), aborda que sua inserção se deu através de um convite do gerente da instituição de ensino superior para realizar uma avaliação, na qual deveria contar um pouco sobre sua vida. Dias após a realização da avaliação recebeu o comunicado de que fora selecionado para a vaga disponibilizada pela secretaria. Portanto, pôde-se averiguar que ambos entrevistados não identificaram dificuldades neste primeiro contato com o mercado de trabalho.

Questionados sobre as dificuldades enfrentadas dentro de seus ambientes de trabalho, os entrevistados divergem com relação ao exposto. O Entrevistado B aponta que a comunicação junto aos companheiros de trabalho aparece como sua principal dificuldade. Apesar de conseguirem uma comunicação por gestos, quando esta não é efetiva, é necessário que se utilize a escrita como forma de entendimento entre as partes, o que leva à um grande desperdício de tempo (Entrevistado B, 2020). O fato de possuir a fala a seu favor faz com que o Entrevistado A não tenha a mesma dificuldade abordada pelo outro entrevistado. Ele conta que possui grande interação com seus colegas de trabalho, uma vez que, consegue falar e também realizar leitura labial com facilidade.

Conforme já explicitado neste trabalho, a comunicação se mostra mais uma vez como ferramenta essencial para que os seres humanos possam realizar as suas tarefas. Retoma-se então a discussão a respeito da importância da educação inclusiva, tendo em vista que ela será de suma importância para a comunicação do indivíduo surdo durante toda sua vida. Por outra linha, faz-se necessário que as empresas que pretendem contratar os surdos para fazerem parte do seu quadro de funcionários, estejam voltadas também a buscar capacitação para facilitar essa comunicação.

Com relação às políticas públicas de inclusão, ambos entrevistados encaram como necessárias, pois salientam o fato de serem suficientemente capazes de realizar suas tarefas. É possível verificar por meio da abordagem do Entrevistado A, a sua confiança em seu trabalho. O trabalho é realizado de forma efetiva atendendo a todas as necessidades, não me sinto

inferior em nenhum aspecto mesmo com a surdez, além de me sentir capaz de corresponder a todas as expectativas da empresa (Entrevistado A, 2020). Mais uma vez a resposta do entrevistado reforça as teses abordadas anteriormente neste trabalho.

Tem-se um resultado favorável quando existe empenho por parte das empresas no processo de inclusão. O surdo tende a ser extremamente comprometido dado o fato de reconhecerem que possuem poucas oportunidades (Carvalho, 2012).

A contribuição de Carvalho (2012) é confirmada pelo que é explicitado pelo Entrevistado B, este por sua vez, ressalta seu comprometimento e motivação para conseguir realizar sozinho as tarefas que hoje necessita de ajuda de seus companheiros. Portanto, as políticas públicas de inclusão debatidas anteriormente no trabalho se mostram positivas não somente aos surdos, mas também às empresas que acabam por serem beneficiadas com este processo.

Sobre a compreensão a respeito das perspectivas dos surdos com relação ao mercado de trabalho, indagamos sobre a capacidade de otimização da função que desempenham, sobre as oportunidades de crescimento profissional, a relevância social e a importância do trabalho em suas vidas.

Com relação ao primeiro questionamento, o Entrevistado A se diz livre para realizar interações que favorecem o exercício de sua função. Estabeleço relações harmoniosas que melhoram a minha participação e refletem na qualidade das atividades executadas pela equipe (Entrevistado A, 2020). A contribuição do entrevistado mostra uma flexibilidade por parte da empresa que o possibilita otimizar o seu desempenho. O Entrevistado B por sua vez, novamente aponta para a comunicação como algo que possa ser melhorado para potencializar a sua condição no trabalho. Quando a comunicação se estabelece efetivamente, todo o processo tende a ser otimizado (Entrevistado B, 2020). Diante dos fatos, é possível notar que a participação da empresa é fundamental neste processo de otimização, visto que, uma maior flexibilidade e uma maior preocupação em satisfazer as necessidades dos surdos garantirão melhores resultados.

Por se tratarem de graduandos, questionamos sobre as oportunidades de crescimento nos seus locais de trabalho após a conclusão de seus cursos. O Entrevistado A afirma que seu curso não corresponde com a atual função que desempenha, mas assegura a possibilidade de atuar na sua área em outro setor da prefeitura. Infelizmente, no setor onde trabalho não há perspectiva de crescimento nem mesmo depois de formado, uma vez que a minha formação não está relacionada com essa função (Entrevistado A, 2020). Já o Entrevistado B mostra-se intencionado a permanecer na empresa atual, mesmo graduando em outra área ele enxerga a

possibilidade de ascensão na função que desempenha. Deste modo observa-se um elevado nível de satisfação no trabalho, quando o mesmo cogita a possibilidade de não atuar na área de sua formação e permanecer em seu emprego corrente.

A respeito da informação sobre a relevância do trabalho na vida do indivíduo surdo, questionamos sobre a importância do mesmo em todo seu contexto social. O Entrevistado B coloca o trabalho como uma forma de aprendizado para toda sua vida, enfatiza a organização e a responsabilidade como fatores que o auxiliam de todas as formas em suas atividades cotidianas. Ressalta que antes de ingressar no mercado de trabalho não tinha a mesma compreensão da necessidade destes aspectos. O Entrevistado A por sua vez expõe o trabalho como fundamental para sua satisfação pessoal, se diz entusiasmado em poder colaborar, fazer novas amizades e alcançar objetivos como ajudar sua mãe com a mensalidade da faculdade. A resposta do entrevistado retoma o debate feito anteriormente e reforça a ideia de Carvalho (2012) que coloca o trabalho como uma fonte de satisfação na vida e também uma fonte de proporcionar recursos materiais. Além disso retrata que pretende levar consigo os conhecimentos adquiridos no atual trabalho, de preservação da natureza e responsabilidade social.

Em vista dos argumentos apresentados, é imprescindível que todos se conscientizem que as empresas precisam estar devidamente adaptadas para que ocorra de forma efetiva o processo de inclusão. Mostrou-se também a importância das políticas públicas de inclusão para que haja maior participação dos surdos no mercado de trabalho e que estes pelo seu elevado comprometimento agregam positivamente no contexto empresarial. Por fim nota-se uma perspectiva otimista por parte dos entrevistados com relação ao mercado de trabalho na cidade de São João del-Rei, levando em consideração que ambos mostraram enxergar capacidade de crescimento profissional e elevação pessoal por meio do trabalho.

5. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

O presente estudo é uma investigação a respeito da inclusão dos surdos no mercado de trabalho na cidade de São João del-Rei, tendo como objetivo analisar o processo de inserção dos surdos no mercado de trabalho. Para isso, foram estudados os alunos da Instituição de Ensino Superior privada “X” da cidade de São João del-Rei no estado de Minas Gerais. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas, e um roteiro de entrevista semi-estruturada de caráter qualitativo.

Os surdos, ao longo do tempo, sofrem com o preconceito em torno da surdez e isso acaba por impactar negativamente o processo de inclusão, como já apresentado ao decorrer do

trabalho. Deste modo, deve-se pensar na inclusão como forma de garantir aos indivíduos surdos as mesmas oportunidades, e também de lidar com a dívida que se tem quando analisada a exclusão dos mesmos historicamente. O processo de inclusão tem evoluído no cenário brasileiro, mas o surdo ainda é um dos mais excluídos deste processo. Tal exclusão se dá devido ao fato de que suas capacidades são desconhecidas por muitos, que os enxergam ainda como incapazes. Esta crença é contrariada ao longo do estudo, quando é possível verificar o alto nível de comprometimento e responsabilidade dos surdos com seus empregos.

A comunicação aparece como um dos principais fatores que dificultam a vida dos surdos no mercado de trabalho, e isso se dá pela ausência de educação de qualidade, desde a infância. A inexistência de intérpretes e a inclusão em salas que não favorecem a aprendizagem dos surdos são fatores que os prejudicaram durante toda a vida. Sendo assim, para que possamos ter de fato uma sociedade inclusiva, faz-se necessária uma reestruturação da educação dos surdos desde os níveis básicos de ensino, bem como de toda sociedade, a fim de que se torne mais apta para o processo de inclusão.

Como outro fator que prejudica os surdos no mercado de trabalho tem-se as próprias empresas, que realizam a contratação dos surdos para completarem o seu quadro de funcionários, porém, não se atentam para as adaptações necessárias para que eles possam realizar o seu trabalho com qualidade. Os surdos, muitas das vezes, se deparam com ambientes de trabalho que não são favoráveis a sua inclusão, companheiros que desconhecem suas necessidades e processos que os privam de demonstrar suas capacidades.

Analisando as políticas públicas de inclusão, nota-se o importante papel delas para que os surdos possam ter acesso ao mercado de trabalho. O baixo nível de inclusão é confrontado quando analisados o grande comprometimento e elevado nível de motivação que eles possuem. Desta forma, promover a inclusão por meio de políticas públicas é uma maneira de possibilitar que os surdos apresentem as empresas todos os seus atributos, contrariando a ideia errônea de incapacidade a que são relacionados.

Procurou-se, ainda, um entendimento das perspectivas dos surdos com relação ao mercado de trabalho. Apesar das dificuldades enfrentadas, os entrevistados se mostraram otimistas com o mercado de São João del-Rei, e salientaram as experiências adquiridas em seus empregos como forma de aprendizado para a vida. Notou-se uma perspectiva positiva em relação ao mercado, visto que os entrevistados já enxergam possibilidades reais de crescimento profissional.

A presente pesquisa, assim como outras já realizadas, contribui para estudos a respeito da inclusão social partindo da percepção dos surdos. Sua divulgação faz-se relevante para a melhoria do processo de inclusão dos surdos no mercado de trabalho.

Salienta-se que a pesquisa poderia ter melhores resultados se houvesse maior contato pessoal com os surdos, com possível participação de todos os surdos matriculados na instituição. A pandemia causada pela Covid-19 dificultou este contato, que possibilitaria verificar de forma mais assertiva as emoções e até mesmo as dificuldades dos entrevistados. Para novas pesquisas, sugere-se um contato direto e uma amostragem maior, incluindo outras Instituições de Ensino Superior, que possam auxiliar no alcance dos objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BARDIN, Laurence; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

Brasil. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 de março de 2020.

Brasil. **Lei de Benefícios da Previdência Social**: Lei nº. 8213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 13 de março de 2020.

Brasil. Publicação consolidada da Lei nº. 8112, de 11 de dezembro de 1990, determinada pelo Art. 13 da Lei nº. 9527, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em: 13 de março de 2020.

CARVALHO, Rosana Passos Quitério de. **O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios**. Guarulhos: Eniac, 2012.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DE ARAÚJO, Romilda Ramos; SACHUK, Maria Iolanda. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. REGE. Revista de Gestão, v. 14, n. 1, p. 53, 2007.

DIAS, Gleice Noronha. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacional das pessoas com deficiência**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei.

DORZIAT, Ana; LIMA, Niédja Maria Ferreira; ARAÚJO, JR de. **A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Espaço (INES) v, v. 1, p. 16-27, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4.ed. Petrópolis. Vozes, 1987. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Medologias_Qualitativas.pdf

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cadernos cedes, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

LACERDA, Maria Solange de; SILVA, Josilene Martins Urtiga; COSTA, KeudmaRichelleTiburtino Costa; LEAL, Olimpio Armando de Araújo; CARVALHO, Jaqueline Liedja Araújo Silva. **Reflexões acerca da inclusão dos surdos no mercado de trabalho**. Congresso Internacional de Educação e Inclusão, 2014.

LOBATO, Beatriz Cardoso. **Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Implicações da lei de cotas**. 2009. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação**. Revista Percurso, p. 149-171, 2012.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. **Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior**¹ Educar em Revista, núm. 3, oct-dec, 2017, pp. 107-126 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil. Educar em Revista, n. 3, p. 107-126, 2017.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. **Família e criança surda**. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 5, n. 1, p. 098-107, 2006.

NEVES-SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 2549-2558, 2015.

SANTOS, Thalita Mara; VIEIRA, Lídia Cristiane; FARIA, Cleyciane Alves. **Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG**. Revista Psicologia-Teoria e Prática, v. 15, n. 2, p. 92-103, 2013.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle. **O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, n. 1, p. 17-32, 2012.

SIMAS, André, SOUTO, Jéssica Faria, CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: percepção dos universitários.** Revista Psicologia-Teoria e Prática, v. 16, n. 3, 2014.